



CAPITALISMO DEPENDENTE, QUESTÃO SOCIAL E IDEOLOGIA NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

Davi Machado Perez

RESUMO: Ressaltando a importância desse estudo para a formação teórico-política do Serviço Social, o presente artigo tem como temática central uma revisão das contribuições do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes para a compreensão do capitalismo dependente brasileiro, elencando elementos essenciais a respeito da revolução burguesa no Brasil e das particularidades do desenvolvimento capitalista e da consolidação do poder burguês nesse contexto. A partir desses pressupostos são apresentados apontamentos sobre o período pós-ditadura civil-militar e a conjuntura atual.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo dependente. revolução burguesa. neodesenvolvimentismo. questão social.

ABSTRACT: Underscoring the importance of this study for the formation of political theory Social Work, this article is a review of the central thematic contributions Brazilian sociologist Florestan Fernandes for the understanding of dependent capitalism Brazilian, listing essential elements regarding the bourgeois revolution in Brazil and the particularities of capitalist development and the consolidation of bourgeois power in this context. From these assumptions are presented notes on the post-civil-military dictatorship and the current situation.

KEYWORDS: dependent capitalism. bourgeois revolution. neo-developmentism. social issue.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo expor as principais contribuições de Florestan Fernandes para a compreensão do capitalismo dependente no Brasil apresentando apontamentos sobre a conjuntura atual que confluem nessa compreensão. A partir das atuais diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, nosso objetivo geral permeia principalmente o núcleo de fundamentação da formação sócio histórica da sociedade brasileira:

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996).

O entendimento das particularidades do capitalismo dependente brasileiro e da “questão social”¹ nesse contexto pode influenciar em práticas políticas, sociais e profissionais² que demandam uma compreensão da realidade na qual estão interagindo. Entendendo que qualquer espaço específico de atuação é permeado pela essência dos elementos gerais que constituem a totalidade da sociedade como complexo de complexos. Podemos assim projetar uma intervenção crítica do Serviço Social na realidade, que aponte para o rumo da emancipação humana em consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, como o compromisso com o aprimoramento intelectual e a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

Buscaremos entender de que maneira nossa dinâmica interna de consolidação de um típico específico de desenvolvimento capitalista se integrou à lógica geral e hierárquica da ordem monopólica mundial. Esse é o movimento que Florestan Fernandes faz em seu

¹ Segundo Netto (2001) “Na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual”. Porém, “a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”. A expressão “questão social” tem seu emprego datado na terceira década do século XIX, tendo sido utilizada para dar conta dos fenômenos da primeira onda industrializante na Europa Ocidental: pauperismo, desigualdade, etc. O termo foi apropriado pelo pensamento conservador da época, que apresentava a ideia de que a questão social seria algo “eterno” e existente em qualquer sociedade humana, a expressão era criticada pelo movimento proletário revolucionário. O autor utiliza a expressão entre aspas e enfatiza a importância de contextualizá-la historicamente indicando que a questão social é a razão de ser do Serviço Social, e “até a sua resolução com a supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para esta profissão”. Nossa utilização do termo aqui se dá por estarmos no âmbito da profissão, sempre em busca do constante aprofundamento, bem como da crítica e autocritica a respeito das concepções e dos conceitos utilizados ao longo do desenvolvimento teórico e político da categoria dos assistentes sociais.

² Neste caso compreendemos a categoria do Serviço Social como parte da classe trabalhadora, entendendo que o horizonte histórico de outro projeto societário é tarefa a ser empreendida por toda a classe através de ações políticas que transcendem espaços formais profissionais, mas que também podem ter mediação com os mesmos.

trabalho sobre a *Revolução Burguesa no Brasil*, onde ele aponta diversos fatores constitutivos da formação social brasileira indicando aquilo que posteriormente é determinante na consolidação de nosso capitalismo dependente. Atualmente temos contribuições teórico-políticas que partem desta análise desenvolvida a respeito de nossa realidade socioeconômica, trazendo elementos fundamentais para constatar nos dias de hoje a manutenção desta mesma estrutura de poder, e de exploração e opressão das massas populares. Buscaremos aqui apresentar alguns apontamentos que possibilitem atualizar a compreensão das problemáticas e dos traços essenciais do capitalismo dependente no Brasil de hoje.

1 - REVOLUÇÃO BURGUESA E CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL

Decorreram três fases na emergência e consolidação do capitalismo no Brasil: A fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno (que iria da “abertura dos portos” até a sexta década do século XIX), a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo (que vai do “último quartel” do século XIX até a década de 1950 no século XX) e a fase de irrupção do capitalismo monopolista, que se acentua no fim da década de 1950 e se consolida estruturalmente após o golpe de 1964. (FERNANDES, 2005, p. 263-264).

As grandes corporações ligadas aos países imperialistas tiveram dois momentos de penetração na economia dependente brasileira. Num primeiro momento “só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiram abrir, numa economia capitalista dependente mas em fase de transição industrial relativamente madura”, e no segundo momento, que se dá principalmente após o golpe de 1964, “elas puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial” configurando-se “o espaço econômico típico de que elas necessitavam para crescer” (FERNANDES, 2005, p. 298). Temos então uma realidade onde a dominação burguesa irradia certos privilégios próprios de sua natureza somente para uma imensa minoria, “nos 10, 15, 20 ou 25% que têm rendas altas, monopolizam a cultura e o poder político” e o Estado se constitui “no veículo por excelência do poder burguês”, afinal, para desenvolver um capitalismo monopolista dependente necessita-se de uma grande estabilidade política que “só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir” (IDEM, p. 312).

O capitalismo monopolista também se consolida no Brasil sem eliminar “uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas”, ou seja, não se eliminam por completo as relações do passado “pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia”, persistindo assim “formas econômicas

variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas””, que seguiram coexistindo “ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial” (FERNANDES, 2005, p. 315). Essa forma de “articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial” consiste numa estrutura que “jamais poderá ser destruída” se isso se der “dentro e através do capitalismo” (IDEM, p. 320).

Há um tipo de interpretação errônea a respeito da revolução burguesa em países periféricos que já teve e ainda tem respaldo em diferentes análises sociológicas. Segundo essa interpretação existiria um “esquema” de revolução burguesa que seria “idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas”. A dependência e o subdesenvolvimento seriam, assim, apenas estágios passageiros que estariam “destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 338), acreditando-se que a periferia dependente repetiria, através de revoluções anticoloniais, a história das nações centrais. Essa compreensão esquemática acaba ignorando que no capitalismo dependente o crescimento “se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis”. De fato existem “estruturas e dinamismos essenciais” que são comuns aos países centrais e periféricos, que consistem em “uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria *capitalista*” (FERNANDES, 2005, p. 339), mas essas uniformidades não negam a existência de diferenças fundamentais “que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado”, articulando “no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas”. Para uma compreensão concreta de nossa realidade o fundamental está em constatar não apenas as uniformidades, mas principalmente as particularidades que explicam “a variação essencial e diferencial, isto é, o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente”, pois somente dessa forma é possível “colocar em evidência como e por que a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história” (FERNANDES, 2005, P. 340).

O domínio burguês que combina a adaptação tanto “às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno” quanto “às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 349) manteve sua rota e preservou sua essência desde a primeira República até o período pós-golpe de 1964. O “despotismo burguês” que evidencia “uma clara separação entre *sociedade civil* e *nação*” (IDEM, p.352), no sentido de que a participação em instâncias dessa sociedade civil burguesa restringe-se

apenas a uma parcela reduzida e elitizada da nação como um todo, é combinado com uma “formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de “poder político legítimo”” (IDEM, p. 353).

Tanto os anseios provenientes de um reformismo burguês (como as demandas de reforma agrária e de expansão do mercado interno) quanto os movimentos democrático-burgueses (como a radicalização das classes médias) são sufocados “a partir de compulsões que emanam da própria dominação burguesa e da forma de solidariedade de classe em que ela repousa”, convertendo estruturalmente nossa *burguesia nacional* “numa burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente anti-imperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político” (IDEM, p. 355).

As práticas políticas e econômicas levadas a cabo pelas classes dominantes sempre são alimentadas por *ideologias*³ e por utopias burguesas anacrônicas quando verificamos sua aplicabilidade, num movimento em que “as ideologias e as utopias das nações hegemônicas são também as ideologias e as utopias das classes dominantes das nações dependentes” (FERNANDES, 2005, P. 366). Se na época da emergência da ordem capitalista competitiva tínhamos um liberalismo absorvido de maneira tosca e parcial pelas elites, na época da ordem monopolista nós temos um desenvolvimentismo que desloca “a lealdade à nação e às polarizações ideológicas ou utópicas da revolução nacional” para “a lealdade a certas causas muito abstratas e supranacionais, como a “solidariedade hemisférica”, “a solidariedade às nações democráticas” ou a “defesa da civilização cristã e ocidental”” (FERNANDES, 2005, p. 367). Para Sampaio (2012, p. 674) o desenvolvimentismo, não só apenas no Brasil como em grande parte da América Latina, serviu enquanto arma ideológica das forças econômicas e sociais dominantes que “no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional”, perpetuando desse modo:

[...] uma dupla articulação que compromete a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios de desenvolvimento — a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais. A subordinação da vida econômica nacional à lógica ultraespeculativa do capital internacional e à reprodução de estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes — molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se

³ A ideologia “é antes de tudo uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa [...] Somente depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia” (LUKÁCS, 2010, p. 38). Podemos compreender a ideologia enquanto “uma concepção do mundo” que se manifesta implicitamente “no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2001, p. 98-99).

características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial (IDEM, IBIDEM).

O golpe civil-militar de 1964 evidenciou a necessidade das classes dominantes de “despojar a dominação burguesa de qualquer conexão real, que fosse substantivamente e operativamente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa”, para assim neutralizar “as pressões especificamente democráticas e nacionalistas dos setores burgueses mais ou menos radicais” e reprimir “as pressões de igualdade econômica, social e política ou de integração nacional e de mobilização de classe das massas populares”. Completando o ciclo da revolução burguesa “sob e dentro do capitalismo dependente”, agravando “o desenvolvimento desigual interno” e intensificando “a dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 371).

O autor já apresenta algumas colocações que antecipam o que futuramente ocorreu na “transição pós-ditadura”, no sentido de que já havia alguns tímidos esforços de uma “distensão política” que traria um “avanço democrático” que “apenas repõe o problema político da hegemonia burguesa” no sentido de “criar os vínculos orgânicos que deverão entrelaçar os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático”. Concluindo que há uma “abertura” em curso que “não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa”, ampliando e consolidando “a democracia de cooptação, abrindo-a “para baixo” e para a dissidência esterilizada e esterilizável”, definindo “constitucional e legalmente ao Estado autocrático” o “alcance do *poder legítimo excedente*” (FERNANDES, 2005, p. 421).

A democracia de cooptação que as classes dominantes buscam levar a cabo “possui pouca eficácia e pouca “flexibilidade” em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades”, concorrendo para “exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de eferescência, que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático”, fazendo-o funcionar “sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada” (FERNANDES, 2005, p. 424). Embora essa democracia de cooptação tenha pouca flexibilidade, sua possibilidade não é descartada e possui papel eficiente na manutenção do poder dominante.

2 - MANUTENÇÃO DA DEPENDÊNCIA E NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A respeito das mazelas sociais no Brasil contemporâneo, verificamos que as mesmas manifestam “o caráter volátil do crescimento que redundava em maior concentração de renda e aumento da pobreza, gerando um verdadeiro *“apartheid social”*”, num contexto que favorece os interesses especulativos “em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego” e da “regressão das políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2007, p. 142).

Tratando do contexto brasileiro no início do século XXI, Sampaio (2012, p. 680-681) aborda o “neodesenvolvimentismo” enquanto uma nova forma de ideologia burguesa que “Ao identificar as suas utopias com a realidade concreta da economia brasileira” demonstra:

[...] o seu lado simplório e provinciano, apresentando-se como é: uma grosseira apologia da ordem. O método de ocultação sistemática do negativo e de exaltação acrítica do crescimento e da modernização dos padrões de consumo como fins em si transforma o vício em virtude. A relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência redobrada nas economias periféricas, converte-se, assim, por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade. A supervalorização dos fatos considerados positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de que a economia brasileira estaria passando por um ciclo endógeno de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional.

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso já havia uma espécie de ideologia análoga ao neodesenvolvimentismo que se manifestava “contrapondo as diretrizes do Banco Central, liderado por Gustavo Franco, às políticas do BNDES, então sob a influência dos irmãos Mendonça de Barros”. Essa concepção “já surgiu natimorta porque o choque entre teoria e prática era gritante”, revelando que a “crise de estrangulamento cambial e a subsequente tutela da política econômica pelo FMI” jogavam por água a baixo “qualquer possibilidade de camuflar a absoluta impotência do Estado brasileiro diante dos ditames do capital financeiro” (SAMPAIO, 2012, p. 678-679).

O neodesenvolvimentismo é uma ideologia que é propagada⁴ num contexto em que:

A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o *boom* de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento (IDEM, p. 679).

⁴ Um exemplo de propagação desta ideologia neodesenvolvimentista por parte dos meios de comunicação das classes dominantes foi a edição 2282 da revista *Veja*, intitulada “O choque de capitalismo de Dilma”, onde a revista elogia a orientação econômica de nosso atual Governo Federal.

Há também, além desta apologia acrítica de um desenvolvimento capitalista “neutro” e “positivo”, uma sofisticação no sentido de buscar uma “aparência crítica” que consiste apenas em “um disfarce para a apologia do *status quo*” (SAMPAIO, 2012, p. 681).

A desigualdade social imperante até os dias de hoje se evidencia numa realidade em que, de acordo com Pochmann (2007), “Os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%.”. Pinassi (2011) ao abordar a política dos atuais governos brasileiros, afirma que não é de se surpreender que “o lulismo, uma vez no poder, atenda democraticamente às necessidades do capital em sua *crise estrutural* e, democraticamente, desmonte cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora”, ao mesmo tempo em que implementa “políticas sociais – que compõem a chamada “hegemonia da pequena política”” com “caráter efêmero e assistencialista aos desempregados que ele ajuda a criar”, sendo então o “vetor político da vez a oferecer tanto os alicerces propícios à criação das carências formadoras de seu próprio público quanto os placebos requeridos para sua reprodução”.

Segue prevalecendo na sociedade brasileira uma “teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional” e perpetua a “dupla articulação — dependência externa e segregação social”. Sendo características desse processo a “desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas”, bem como a “livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional”, além da “restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público” e a “concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas” (SAMPAIO, 2012, p. 682-683).

O palavreado neodesenvolvimentista cumpre nesse contexto:

[...] uma dupla função como arma ideológica dos grupos políticos entrincheirados nas estruturas do Estado: diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de “neoliberal” e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas (SAMPAIO, 2012, p. 686).

Considerando que é evidentemente “impossível imaginar brechas para mudanças parciais que possam provocar transformações substanciais no padrão de desenvolvimento da economia brasileira” se não buscarmos “uma profunda e radical ruptura com a institucionalidade vigente” (IDEM, p. 683), fica claro que o “verdadeiro resgate da tradição crítica do pensamento latino-americano” exige de nós a superação “de toda ilusão em relação à existência de uma solução burguesa para a tragédia do subdesenvolvimento e da

dependência”, buscando assim uma concepção que “encontra-se no polo oposto da perspectiva provinciana, das opções de classe e das escolhas teóricas dos neodesenvolvimentistas” (IDEM, p. 686). A impossibilidade de conquistar um capitalismo autônomo demonstra que a própria luta pela emancipação nacional e pelo progresso democrático e social só pode ser efetiva no confronto com as classes dominantes brasileiras, com o imperialismo e com a ordem capitalista.

CONCLUSÃO

A interlocução entre as referências levantadas nos levam a concluir que os elementos essenciais abordados por Florestan Fernandes em sua obra seguem sendo atuais na realidade brasileira. A política econômica e social levado a cabo pelos atuais governos perpetua a dupla articulação e não afronta os interesses do bloco de poder dominante, mantendo a superexploração do trabalho, a democracia restrita e de cooptação e a ordem autocrática que institui a intolerância com qualquer reivindicação popular abrangente. Desse modo, consideramos de fundamental importância levar em conta as contribuições aqui ressaltadas quando buscamos analisar a conjuntura atual do Brasil para projetar concretamente o horizonte de construção de outro projeto societário.

Podemos então ter claro que a busca por enfrentar e superar os graves dilemas da realidade brasileira (desemprego, violência, miséria, precarização do trabalho, discriminação, etc.), bem como a busca pelo cumprimento das próprias tarefas nacionais e democráticas que nos países centrais foram cumpridas em suas revoluções burguesas (emancipação nacional, reforma agrária, reforma urbana, desenvolvimento industrial autônomo, etc.): são tarefas que só poderão ser cumpridas – tendo em vista que o capitalismo dependente é o único *capitalismo* possível no Brasil – em um processo de luta *dentro da ordem* que se desencadeie *ao mesmo tempo* numa luta *contra a ordem* capitalista e contra o bloco de poder dominante, unindo-se *desde o início* à construção da revolução socialista.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- CFESS. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais**, 1993.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. Porto Alegre: Cortez Editora, 2007.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis** – Porto Alegre: Abepss, Ano II, nº 3, 2001.

PINASSI, Maria Orlanda. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Herramienta**, Brasil, n. 46, março. 2011. Disponível em http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica#_ftn32 acesso em 25 de dezembro de 2012.

POCHMANN, M. O país dos desiguais. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, out. 2007. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=30> acesso em 28 de dezembro de 2012.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

VEJA. **O choque de capitalismo de Dilma**, Brasil, Ed. 2282, Editora Abril, Agosto de 2012.